



# ASPIUFF

10 anos Novembro 2002 - Ano X - N°10



## Compromisso com a mudança\*

*Ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. Foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo. Um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranqüilo, traçar um rumo diferente para si.*

*As eleições que acabamos de realizar foram, acima de tudo, uma vitória da sociedade brasileira e de suas instituições democráticas, uma vez que elas trouxeram a alternância no poder, sem a qual a democracia perde a sua essência.*

*Tivemos um processo eleitoral de excelente qualidade, no qual os cidadãos e as cidadãs exigiram e obtiveram um debate limpo, franco e qualificado sobre os desafios imediatos e históricos do nosso país. Contribuíram para isso a atitude da justiça eleitoral e do presidente da República, que cumpriram de maneira equilibrada o seu papel constitucional.*

*A grande virtude da democracia é que ela permite ao povo mudar de horizonte quando ele acha necessário. A nossa vitória significa a escolha de um projeto alternativo e o início de um novo ciclo histórico para o Brasil.*

*A nossa chegada à Presidência da República é fruto de um vasto esforço coletivo, realizado, ao longo de décadas, por inúmeros democratas e lutadores sociais. Muitos dos quais, infelizmente, não puderam ver a sociedade brasileira, e em especial as camadas oprimidas, colherem os frutos de seu árduo trabalho, de sua dedicação e sacrifício militante.*

*Quero homenagear aqui os militantes anônimos. Aqueles que deram seu trabalho e dedicação, ao longo de todos esses anos, para que chegássemos aonde chegamos. Nas mais longínquas regiões do país, eles jamais esmoreceram. Aprenderam, como eu, com as derrotas. Tornaram-se mais competentes e eficazes na defesa de um país soberano e justo.*

*Não há dúvida de que a maioria da sociedade votou pela adoção de outro ideal de país, em que todos tenham os seus direitos básicos assegurados. A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda.*

*O povo brasileiro sabe, entretanto, que aquilo que se desfez ou se deixou de fazer na última década não pode ser resolvido num passe de mágica. Assim como carências históricas da população trabalhadora não podem ser superadas da noite para o dia. Não há solução milagrosa para tamanha dívida social, agravada no último período. Mas é possível e necessário começar, desde o primeiro dia de governo.*

*Vamos enfrentar a atual vulnerabilidade externa da economia brasileira, fator crucial na turbulência financeira dos últimos meses, de forma segura. Como dissemos na campanha, nosso governo vai honrar os contratos estabelecidos pelo governo, não vai descuidar do controle da inflação e manterá, como sempre ocorreu nos governos do PT, uma postura de responsabilidade fiscal. Essa é a razão para dizer com clareza a todos os brasileiros: a dura travessia que o Brasil estará enfrentando exigirá austeridade no uso do dinheiro público e combate implacável à corrupção.*

*Mas mesmo com as restrições orçamentárias, impostas pela difícil situação financeira que vamos herdar, estamos convencidos que, desde o primeiro dia da nova gestão, é possível agir com criatividade e determinação na área social. Vamos aplacar a fome, gerar empregos, atacar o crime, combater a corrupção e criar melhores condições de estudo para a população de baixa renda desde o momento inicial de meu governo.*

(Continua na página 2)

# Notícias

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO  
DOS PROFESSORES INATIVOS DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Publicação do Departamento  
de Difusão Cultural da Associação  
dos Professores Inativos  
da Universidade Federal Fluminense

**Jornalista responsável:**

Neusa Pinto - Reg. MTPS nº 12.255

**Equipe de redação:**Ceres Marques de Moraes,  
Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto**Data de fundação da ASPI-UFF:**

14 de julho de 1992.

**Sede:**Rua Passo da Pátria, 19 - São Domingos,  
Niterói, RJ - CEP 24210-240

Tel.: (21) 2622-9199

Telefax: (21) 2622-1675

**E-mail:** [aspiuff@urbi.com.br](mailto:aspiuff@urbi.com.br)**Site:** [www.urbi.com.br/users/aspiuff](http://www.urbi.com.br/users/aspiuff)**Diretoria Biênio 2000/2002****Presidente:**

Aidyl de Carvalho Preis

**1º Vice-Presidente:**

Joaquim Cardoso Lemos

**2º Vice-Presidente:**

Emília de Jesus Ferreira

**1ª Secretária:**

Magaly Lucinda Belchior da Mota

**2ª Secretária:**

Léa Souza Della Nina

**1ª Tesoureira:**

Maria de Lourdes Caliman

**2ª Tesoureira:**

Ruth Alaiz

**Conselho Deliberativo (membros efetivos):**

Salvador Alves Pereira – Presidente

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Vice-Presidente

Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Carlina Cabral Relvas – 2ª Secretária

Acrisio Ramos Scorzelli

Erasto de Carvalho Prestes

Isar Trajano da Costa

Hilda Faria

Júlia Arhontaki

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

**Conselho Fiscal (membros efetivos):**

Eduardo Pedreira de Cerqueira – Presidente

Nésio Brasil Alcântara – Vice-Presidente

Amanda Celeste Pimentel – Secretária

Antônia Vasconcelos Dias de Azevedo

Maria Therezinha A. Lyra

**Departamento de Saúde:**equipe constituída pelas Profs<sup>as</sup>:

Maísa F. de C. Araújo, Vera B. S. Lemos,

Maria Cândida A. Domingues

**Departamento de Assuntos Acadêmicos:**

Sonia Maria Silva

**Departamento de Direitos:**

Jorge Fernando Loretti

**Departamento de Difusão Cultural:**

Ceres Marques de Moraes

**Departamento de Integração Comunitária:**

Lúcia Molina Trajano da Costa

**Departamento de Lazer e Promoção Social:**

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza Della Nina

**Projeto Gráfico:**

Cecília Jucá de Hollanda

**Revisão:**

Damião Nascimento

**Fotografias:**

Maurício Scerni

**Serviços Gráficos:**

Gráfica Falcão



No presente número desejamos, antes de tudo, participar do novo sentimento de esperança que invade o país com o resultado das eleições do mês de outubro. Por isto, a escolha do texto do discurso de 29/10/2002. A matéria é completada com os últimos pronunciamentos do I Encontro da ASPI-FENAFE, um dos pontos altos das comemorações dos 10 anos da ASPI-UFF.

## Compromisso ... (continuação)

*Meu primeiro ano de mandato terá o selo do combate à fome. Um apelo à solidariedade para com os brasileiros que não têm o que comer. Para tanto, anuncio a criação de uma Secretaria de Emergência Social, com verbas e poderes para iniciar, já em janeiro, o combate ao flagelo da fome. Estou seguro de que esse é, hoje, o clamor mais forte do conjunto da sociedade. Se, ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida.*

*Como disse ao lançar meu Programa de Governo, gerar empregos será minha obsessão. Para tanto, vamos mobilizar imediatamente os recursos públicos disponíveis nos bancos oficiais, e nas parcerias com a iniciativa privada, para a ativação do setor da construção civil e das obras de saneamento. Além de gerar empregos, tal medida ajudará à retomada gradual do crescimento sustentado.*

*O país tem acompanhado com preocupação a crise financeira internacional e suas implicações na situação brasileira. Em especial, a instabilidade na taxa de câmbio e a pressão inflacionária dela decorrente.*

*Nos últimos três anos, com o fim da âncora cambial, aumentamos em mais de 20 milhões de toneladas a nossa safra agrícola. Temos imenso potencial nesse setor para desencadear um amplo programa de combate à fome e exportarmos alimentos que continuam encontrando no protecionismo injusto das grandes potências econômicas um obstáculo que não pouparamos esforços para remover.*

*O trabalho é o caminho de nosso desenvolvimento, da superação dessa herança histórica de desigualdade e exclusão social. Queremos constituir um amplo mercado de consumo de massas que dê segurança aos investimentos das empresas, atraia investimentos produtivos internacionais e represente um novo modelo de desenvolvimento e compatibilize distribuição de renda e crescimento econômico.*

*O mundo está atento a esta demonstração espetacular de democracia e participação popular ocorrida na eleição de ontem. É uma boa hora para reafirmar um compromisso de defesa corajosa de nossa soberania regional. E o faremos buscando construir uma cultura de paz entre as nações, aprofundando a integração econômica e comercial entre os países, resgatando e ampliando o Mercosul como instrumento de integração nacional e implementando uma negociação soberana frente à proposta da ALCA. Vamos fomentar os acordos comerciais bilaterais e lutar para que uma nova ordem econômica internacional diminua as injustiças, a distância crescente entre países ricos e pobres, bem como a instabilidade financeira internacional que tantos prejuízos tem imposto aos países em desenvolvimento.*

*Não vou decepcionar o povo brasileiro. A manifestação que brotou ontem do fundo da alma dos meus compatriotas será a minha inspiração e a minha bússola. Serei, a partir de 1º de janeiro, o presidente de todos os brasileiros e brasileiras, porque sei que é isso que esperam os eleitores que me confiaram o seu voto.*

*Vivemos um momento decisivo e único para as mudanças que todos desejamos. Elas virão sem surpresas e sobressaltos. Meu governo terá a marca do entendimento e da negociação. Da firmeza e da paciência. Temos plena consciência que a grandeza dessa tarefa supera os limites de um partido. Esse foi o sentido do esforço que fizemos desde a campanha para reunir sindicalistas, ONGs e empresários de todos os segmentos numa ação comum pelo país.*

*Continuaremos a ter atuação decidida no sentido de unir as diversas forças políticas e sociais para construir uma nação que beneficie o conjunto do povo. Vamos promover um Pacto Nacional pelo Brasil, formalizar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, e escolher os melhores quadros do Brasil para fazer parte de um governo amplo, que permita iniciar o resgate das dívidas sociais seculares. Isso não se fará sem a ativa participação de todas as forças vivas do Brasil, trabalhadores e empresários, homens e mulheres de bem.*

*Meu coração bate forte. Sei que estou sintonizado com a esperança de milhões e milhões de outros corações. Estou otimista. Sinto que um novo Brasil está nascendo.*

\*Extraído do discurso de mesmo nome proferido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, e publicado pela A FRENTE INFORMA, em 29/10/2002.



# I Encontro da ASPI e da FENAFE

## Encerramento

No nº. 7 do *Boletim* já publicamos as conclusões do I Encontro da ASPI e da FENAFE, com a Carta de Niterói, as Recomendações, a Pauta Interna e as Moções aprovadas em plenário. Neste número estão sínteses dos pronunciamentos do painel de 19/7/02. Os últimos atos do evento, entretanto, foram de outra natureza: um concerto e um lanche confraternização. O concerto foi realizado pelo grupo de música erudita “Orquestra de Cordas da Grota” (foto ao lado), que executou com muito sucesso peças do seu repertório. O lanche foi ótimo, marca ASPI...



### Introdução

As atividades da manhã do dia 19/7 tiveram como ponto principal o painel: Aposentados: “Ética, Políticas Públicas e Qualidade de Vida”, e foi coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Vilma Duarte Câmara. Iniciando os trabalhos, a Prof<sup>a</sup> falou sobre o sentido que ela dá à palavra “política”, como “a metodologia que a gente usa para o bem viver”; ela está presente em todos os momentos da vida pessoal e profissional de cada um.

Era, portanto, com muito prazer que ela ia compor a mesa com profissionais reconhecidos em suas áreas de atuação e inteiramente comprometidos com o sentido que emprestamos à “política”.

Tenho o prazer de convidar o Dr. Marcelo Antônio Salgado, que é o pioneiro da Gerontologia Social no Brasil. Ele é gerontólogo especialista em epidemiologia do envelhecimento, pela organização Mundial de Saúde e membro fundador da Associação Nacional de Gerontologia. Gostaria também de chamar a Dr<sup>a</sup>. Sônia Rocha, que é Assistente Social e gerontóloga pela SPGG, no momento coordenando a política do idoso pela Fundação Mundial de Saúde. Convido ainda para fazer parte da mesa a Prof<sup>a</sup>. Marlice Nazareth Soares de Azevedo, diretora de Faculdade de Arquitetura da UFF e a Prof<sup>a</sup>. Heloisa Mesquita Maciel, Secretária de Integração, Cidadania e Promoção Social da Prefeitura Municipal de Niterói.

Gostaríamos de ouvir inicialmente o Dr. Marcelo Salgado.

### Aposentado: Ética e Dignidade

Inicialmente, eu quero agradecer aos coordenadores da ASPI-UFF pelo convite, pela oportunidade de estar reflexionando um pouco com os senhores. Sobretudo pela oportunidade de rever grandes amigos.

Eu diria aos senhores que, ao longo da história, a sociedade sempre conviveu com três fortes preconceitos. O primeiro está ligado ao sexo. Em princípio, o sexo masculino sempre foi mais valorizado do que o sexo feminino apenas pela questão da força física. E, obviamente, os homens, como na maioria das sociedades, foram responsáveis pela elaboração das leis e regulamentos e sempre arbitraram favoravelmente a seu próprio benefício. Depois outro grande preconceito foi a raça, a raça branca em princípio, sempre teve primazia sobre as demais raças. Hoje se sabe, evidentemente, que isto é uma bobagem porque se hoje a raça branca é proprietária em algumas sociedades, de melhor nível econômico, social e cultural, é porque teve por mais tempo acesso a todas essas condições. E por fim, as sociedades sempre se dividiram pelo preconceito da idade e é aí que nós queremos chegar. O tempo da juventude nos ciclos de vida, em princípio, sempre foi visto como um tempo glorioso a nível da força física, da vitalidade, da capacidade para o trabalho. O velho, a pessoa na fase da maturidade, começa a ser tomada como sinônimo de incompetência, de decadência, de vazio. Do indivíduo cuja possibilidade de

mudança e atualização ao longo do tempo é mais lenta e isso trouxe o forte preconceito da velhice. E esse preconceito nos leva a considerar que nós temos duas formas de existência: a virtual, que é nossa existência enquanto seres humanos, e a existência social que é o valor que a sociedade atribui a cada indivíduo ao longo do ciclo de vida. E particularmente, em etapas especiais deste ciclo de vida eu diria que é a infância e o tempo do envelhecimento e da aposentadoria.

A existência virtual, que deveria ser um grande elemento de valorização da vida, tem uma conotação simbólica importante, mas não tem uma conotação prática significativa. É muito importante o conceito que cada um de nós tenha sobre sua própria existência e particularmente, sobre o tempo de sua existência caracterizado pelo envelhecimento e pela aposentadoria. Mas isto não é prático, o que é prático, o que resulta concretamente na qualidade e possibilidade de vida é o conceito que a sociedade faz dos indivíduos que envelhecem e dos indivíduos que atingem o tempo da inatividade profissional. É o chamado conceito da idade social ou da idade funcional e esse, sim, interfere no ritmo de vida de todos nós. O valor social do aposentado, na maioria das sociedades, se confunde com o valor da velhice porque a aposentadoria é uma condição, independentemente da idade, que traz a propriedade social da vivência cultural do preconceito da velhice. Não querendo dizer, obviamente, que as

peças com mais idade e aposentadas estejam impossibilitadas de trabalhar, sejam proibidas de trabalhar, a legislação não proíbe isso. Mas na realidade não existe espaço social para a existência desse aposentado, sobretudo no que diz respeito ao mercado de trabalho. E a globalização acentua essa questão.

O resultado de toda esta questão que envolve o envelhecimento e a própria aposentadoria, é uma diferença significativa. Primeiro, eu diria que a sociedade preestabelece algumas funções, alguns episódios interessantes para a vivência da aposentadoria; primeiro, se convencionou dizer que a aposentadoria é uma lei ou um resultado social que em princípio, deveria premiar aquela pessoa depois de um longo tempo de trabalho. Premiar com o merecido descanso mantendo-os economicamente estáveis e devolvendo o indivíduo para suas próprias preocupações e expectativas. Bobagens! Primeiro, se sabe que no sentido econômico em todas as sociedades, mesmo nos países mais ricos, faz parte da categoria dos mais empobrecidos, os aposentados. Nas sociedades norte-americana, japonesa, alemã, francesa, umas das mais ricas, os aposentados integram o grupo populacional mais empobrecido, mas não deveria ser isto que acontece porque os intelectuais que elaboraram as políticas de aposentadoria observaram a época, que os aposentados viveriam 5, 6, 7 anos. Hoje, como os aposentados estão se recusando a morrer no tempo previsto, estão sobrevivendo 20, até 30 anos; tem gente vivendo maior tempo como aposentado do que na posição de trabalhador ativo, dizem que os aposentados são os vilões da previdência. São tachados de vilões porque os aposentados estão sangrando os cofres públicos. E olhe que 70 por cento dos aposentados brasileiros têm até três salários mínimos de aposentadoria. Se isto pode sangrar uma previdência. A primeira condição da aposentadoria é o empobrecimento material. A sociedade não valoriza os indivíduos que vivem em busca de satisfações pessoais. Isso não é socialmente valorizado. Esse negócio de dizer que o tempo do envelhecimento é um bom tempo para o exercício do lazer é uma idéia pobre porque não é valorizada socialmente, é mentirosa porque nem sempre as pessoas podem fazer isto porque não dispõem de potencial econômico para bancar este tipo de vida. O que acontece é que as sociedades preestabeleceram papéis

vigorosos para outras etapas de ciclo de vida e não estabeleceram papel social importante para a existência da velhice. Isso é dramático na medida em que em todo o mundo, as pessoas tendem a viver mais. Por exemplo, as pessoas nascidas a partir do ano 2000 terão, em média, uma sobrevida maior superior a 15 anos.

A questão fundamental não é acrescentar anos à vida, é acrescentar vida aos anos. Não é lógico, não é justo que se faça o indivíduo sobreviver extraordinariamente, mas a sobrevida maior não é para qualificar a sua existência, mas para negar sua existência, para que ele se lembre vigorosamente de como foi bom, de como era bom e ele não sabia. Isto é uma incoerência. Isto conduz a uma coisa chamada vazio social porque, em princípio, as sociedades não preestabelecem uma função social para o tempo do envelhecimento e nós, de certa forma, temos responsabilidade nisso. Temos porque muitos, ao tempo da aposentadoria, literalmente se aposentam, ou seja, se trancam dentro de um aposento, como se não tivessem mais compromisso com a vida. E isso é bobagem. É como a Vilma falou antes, este negócio de dizer que ninguém faz política não existe porque nós fazemos política ao longo de toda nossa existência e a cada momento ao longo do dia. Assim também é a questão da utilidade da nossa existência. É verdade que todos nós, seres humanos, até por uma questão de recuperação psicossomática, precisamos de momentos para o entretenimento, descanso, para a reflexão, contemplação – sobretudo uma pessoa mais madura. A maturidade é um tempo do ciclo de vida que faz com que a gente dê muita importância a essas coisas, faz parte do tempo da maturidade, não necessariamente ao tempo da velhice recuperar um pouco as lembranças do passado. Aquela atitude quase meio nostálgica de lembrar do passado. Não lembrar por uma questão saudosista, mas porque é nossa história, é nossa bagagem. A vida foi o nosso palco e os papéis que nós representamos foram importantes ao longo de toda nossa existência e eles não podem ser perdidos, mas é importante também que cada um de nós, mesmo aposentados, independentemente da idade, mantenhamos uma participação senão economicamente produtiva porque não é possível, algumas poucas pessoas podem fazer isto, mas socialmente produtivas. Uma coisa que não resgate o sentido da nossa utilidade e da nossa

própria existência, mas resgate a respeitabilidade da sociedade por cada um de nós. Não podemos embarcar nessa imagem de que o tempo da aposentadoria é um tempo de lazer, de realizações pessoais. Um mundo está em processo contínuo de envelhecimento. Não dá para continuarmos com a política de restringir o espaço social dos velhos e particularmente o espaço social para os aposentados. É interessante que na existência humana tudo tem um sabor muito especial. Quando nós estamos saboreando uma xícara de café, certamente o gole mais gostoso não é o primeiro. Invariavelmente o primeiro gole está quente e a gente queima a pontinha da língua: à medida que a gente vai solvendo o café, a temperatura vai ficando ideal, então o último gole é saborosíssimo. (*aplausos*).

Gostaria de chamar, para fazer o seu pronunciamento, a Prof<sup>a</sup> Marlice Nazareth Soares Azevedo.

### **Política de Urbanismo e Área Física para o idoso**

Em primeiro lugar, eu queria agradecer imensamente o convite da ASPI, que teve a gentileza de me convidar para falar de um tema que não é muito comum nas nossas atividades de arquiteta e urbanista, apesar de termos a obrigação de cuidar desses aspectos. Mas, na realidade, ele fica à margem de nossos currículos, à margem de nossos debates e à margem das nossas discussões. Tanto que pela primeira vez nós estamos tendo uma disciplina optativa de acessibilidade e é um tema pungente que atinge não só a idosos, mas pessoas com problemas temporais ou efetivos de locomoção. Embora o direito à locomoção seja garantido pela Constituição, a Universidade Federal Fluminense não é fisicamente acessível a todos.

Qualquer estudante pode alegar a possibilidade de não frequentar a escola porque não tem acesso a todas as dependências da maioria das nossas salas de aula. Então é um desafio muito grande quando a gente tem que tratar da política do urbanismo e da área física para a acessibilidade em geral.

Se nós fizermos um retrospecto da política de urbanismo, a gente vai ver que no final dos anos sessenta e início dos anos setenta foram bastante significativos na incrementação dessa política quando criaram-se órgãos para cuidar espe-



cificamente do financiamento de planos diretores e que na realidade não tiveram uma grande repercussão, na medida em que se teve de investir muito em informação, em elaboração de documentos. Foi um pouco frustrante esse primeiro movimento que deu uma série de planos diretores que se acumularam nas prateleiras de nossas prefeituras municipais. Na década de 1980, a gente teve um novo movimento, mais participativo, mais associativo. As associações de bairro lutando para se fazer ouvir nas medidas urbanísticas da cidade. E o momento mais importante foi a constituição de 88. Nela estão explicitadas as diversas medidas de natureza urbana, inclusive o idoso está mencionado na constituição de 88. A CF de 88 foi muito importante porque ela marcou um momento de abertura de diversos segmentos da sociedade, entre eles a abertura para o tratamento das questões do idoso e também, logicamente, do idoso na cidade. O dispositivo constitucional, apesar de estar presente, na realidade garantiu pouca coisa de fato à população. Apesar de significarmos hoje quase 10 por cento da população brasileira e ter uma previsão para 2020 de 20 milhões de idosos no Brasil – 15 por cento da população. E essa constituição, no artigo 230, inclui a velhice como merecedora de uma atenção obrigatória, responsabilizando a família, o estado e a sociedade pelo amparo dessa população. Esse dispositivo foi regulamentado em 94 por lei, assegurando ao idoso os direitos de cidadania com o propósito de garantir sua participação na comunidade defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida. E no artigo 10º ela implanta a política nacional do idoso e garante seus direitos em função de suas condições biológicas, econômicas e sociais. A cidadania é para todos, independente de ser eleitor ou não, contribuinte ou não, e, devendo os mais velhos ter uma participação na formulação e implementação dos planos, programas, projetos e políticas a serem desenvolvidos. O que existe é realmente todo um arcabouço constitucional, administrativo e legislativo que garante tudo isso; o que falta, talvez, é uma ação afirmativa neste sentido e também uma mobilização maior para que seja inserido, seja efetivada a maioria das leis que garantem nacionalmente e internacionalmente os direitos do idoso. Eu acho que talvez ainda não tenha havido da parte dessa camada representativa da

população uma ação mais efetiva no sentido de estar presente, nos conselhos da cidade para discutir essas questões.

Direito a gente só consegue pela luta. Não adianta as leis garantirem se no cotidiano não se lutar para tomar estes postos. Observa-se também que há diferenças gritantes entre meio urbano e meio rural, os idosos estão predominantemente na área urbana. Uma pequena parcela está no meio rural e numa condição ainda menos assistida, do que do meio urbano. Outra questão são às diferenças regionais bastante diversas e que têm que ser levadas em conta devido às diferenças do idoso em cada região, em cada cidade. Mas como há o predomínio da população na área urbana então o idoso na cidade passa a ter um papel importante e uma reflexão maior e um campo de luta mais significativo. A administração pública tem que garantir o bem-estar dos seus habitantes e a administração deve nas leis de seu desenvolvimento urbano incluir as questões relacionadas à população idosa. Mas se olharmos a maioria de nossa legislação urbana, em qualquer cidade brasileira, não aparece nada, nem de longe, que garanta algum atendimento, alguma perspectiva, algum benefício para a população idosa. Quando se tem alguma coisa está mais dentro do geral da acessibilidade. Recentemente até saiu uma matéria na *Isto É* em que o entrevistado falava sobre os problemas das cidades, das calçadas, dos calçamentos, das travessias de rua que não leva em conta uma velocidade menor nos passos. Uma série de falta de atenção, que se for somando, sair à rua é sempre uma aventura. Eu nem destaco o problema da segurança de modo geral – que existe – mas com a segurança das calçadas, das ruas. Subir num ônibus é uma aventura porque os ônibus são em cima de chassi de caminhão. Há anos se diz que vai mudar o desenho dos ônibus e nunca muda porque os donos não querem investir num ônibus mais acessível e mais confortável. E qualquer calçada é um perigo. Não há cuidado com a questão dos acessos.

Fazendo um pequeno levantamento das medidas adotadas vemos que são muito escassas e pequenas. A gratuidade de transporte, a meia entrada em atividades culturais – que nem todas as casas aceitam, as filas especiais, as rampas, as toaletes especiais. Mas quem se beneficia dessas pequenas medidas é uma minoria. O mais democrático são

as passagens de ônibus, apesar da má vontade dos empresários e motoristas. Que dizer da população favelada, onde os mais velhos não têm acesso à sua casa? Favelas como no morro Dona Marta já existia um processo de mudança de cada dos mais velhos para baixo. Eles faziam internamente alguns arranjos para possibilitar à população ter acesso às suas casas.

A política nacional do idoso regulamenta locais de permanência diurna, os centros de convivência, a universidade aberta, as associações culturais, mas o que se faz nesse sentido ainda é muito pouco e a presença da população idosa nos conselhos municipais é inexistente. A cidade é um palco que não está aberto para os idosos, para os deficientes, ela constitui um palco para os mais fortes, os mais ricos, que têm mais acesso aos outros meios de convivência.

É um tema que mobiliza muito, mas que deixa a desejar porque nós não tratamos bem nem como professores, nem como instituição pública, nem como cidadão. Nós temos uma dívida com nós mesmos, afinal de contas estamos tratando de nós mesmos. É uma dívida que a gente não paga, que esquece e põe debaixo do tapete para ver o que vai dar, para ver o que vai acontecer quando tivermos um bilhão de velhos no mundo. (*aplausos*).

Gostaríamos de dar a palavra à Profª Heloísa Helena Mesquita Maciel.

Bom dia a todos. Quero cumprimentar a mesa e a todos os presentes, agradecer o convite e falar da satisfação de estar participando deste evento. Infelizmente, eu não pude estar em todos os momentos, mas procuramos facilitar que a equipe pudesse estar em grande parte do evento. Com certeza quem perdeu fui eu, de não ter podido compartilhar as grandes reflexões que, naturalmente, a melhor idade produz. Eu queria registrar que, além de mim, está presente minha equipe da coordenadoria do idoso da secretaria com quem nós compartilhamos a responsabilidade de execução no município da área pertinente à assistência social fazendo uma dobradinha com as diversas secretarias, mas particularmente, com a saúde que é uma grande parceira. A política municipal voltada para a pessoa idosa não tem como fugir da política nacional da pessoa idosa. Eu gostaria de destacar primeiro os

marcos legais que norteiam essa política que é a Lei 8.842, a portaria do Ministério da Saúde, a Lei Orgânica da Assistência Social que são marcos importantes que norteiam toda proposta que está veiculada na Lei 8.842 e um dos grandes avanços que essa linha de ação demarca é exatamente a co-gestão através dos conselhos. Essa é uma grande conquista não só no campo do idoso como em todas as áreas que também estão trabalhando com co-gestão, ou seja, a sociedade e o poder público discutindo juntos. O nosso maior marco legal – a Constituição de 88 – nos deixou este direito que, apesar de tantas tentativas de descaracterizarem, permanece.

O objetivo é assegurar direitos. Não há como implantar políticas sem reconhecer que o cidadão é um cidadão, de assegurar direitos para com a sociedade e o Estado têm responsabilidades. Esse é o ponto básico que a gente precisa destacar enquanto direção geral: o resgate do direito, particularmente na questão do idoso, reconhecendo os direitos que a pessoa idosa tem em ter uma vida com qualidade e com ética. Gostei muito do tema geral do evento que é a ética, política pública e qualidade de vida. Eu achei que está dentro de tudo que a gente acredita e vem lutando por eles.

Dentro das diretrizes nós temos algumas palavras-chave que podemos identificar que estão ligadas à questão de se reconhecer a dignidade, o bem-estar, o direito de igualdade, de romper com as barreiras de preconceitos e de discriminação e de reconhecermos a pessoa idosa como o agente e o destinatário das transformações. Fazer com a pessoa idosa e não pela pessoa idosa. Ele tem direito de exprimir os seus pensamentos e garantir sua participação e integração em todos os espaços, desde a convivência familiar – não o alijando do processo decisório da casa – na sua vida na comunidade, na sua cidade, até na sua participação política administrativa enfocando o papel nos espaços de decisão em vários espaços de debates. Possibilitando espaços em que ele se atualize, se capacite, se recicle, reconhecendo que ele tem este potencial para exercer e ocupar estes espaços e contribuir efetivamente para a sociedade. É a forma que a política nacional viabiliza e que os municípios devem cumprir. E Niterói está avançada em relação a isso. Tem um avanço muito grande em relação à participação do idoso com uma

sociedade extremamente participativa. Há o Fórum Municipal da Pessoa Idosa, que se reúne permanentemente e contribui, efetivamente, para todo o processo quer da saúde, quer da assistência, enfim, de todas as áreas para que o poder público cumpra o dever de Estado. Nessa diretriz da descentralização político-administrativa temos um conselho que se reúne mensalmente, e temos aqui membros participantes do conselho. É um conselho no qual eu aprendo muito, onde há uma grande participação e contribuição. Os integrantes são extremamente cumpridores de suas atribuições e tenho muita satisfação de compartilhar deste conselho. Em Niterói o conselho de assistência prevê uma comissão do segmento da pessoa idosa porque foi uma preocupação de antes de existir o conselho, já dentro da comissão de assistência, uma comissão voltada para a integração entre os conselhos e isto tem resultado positivamente numa articulação das propostas, numa otimização do trabalho e com isso, ganhamos todos: o poder público e a sociedade civil.

A questão da implementação de sistemas de informação é outra diretriz importante que não podemos perder de vista como: criar bancos de dados e criar subsídios para nortear as propostas. Mas além disso temos que democratizar a informação. Nós estamos aqui num fórum privilegiado do segmento do idoso porque Niterói já está quase nos 15 por cento, nós temos 13,8 por cento de idosos. Nós sabemos da sociedade desigual que nós temos, de modo geral, e em relação à pessoa idosa isso não é diferente. É um foro privilegiado que tem um compromisso ético de ser multiplicador também das informações, das reflexões e do acompanhamento e garantia dos direitos de todos e particularmente da pessoa idosa. Mecanismos que favoreçam a divulgação são mecanismos importantes e depois a gente vai retomar para ver como estrategicamente estas questões estão sendo colocadas dentro do município.

A priorização do atender aos idosos nos órgãos públicos e privados, essa coisa de banco etc. tudo isso as leis determinam e temos que estar atentos e fazer cumprir o atendimento ao idoso. Essa é uma questão que passa por tudo. Agora mesmo tem a questão do fundo de garantia, agora é que se deram conta de que é o idoso e as pessoas que estão com doenças crônicas que devem ser o privilegiados nesta ação.

A tendência natural das pessoas quando tem um problema em casa é extirpá-lo e não é à toa que a nossa secretaria tem feito visitas permanentes porque recebemos muitas denúncias de abandono das pessoas idosas até, literalmente, em casinha de cachorro no quintal da casa. Não é força de expressão. Nós já tivemos que entrar com a polícia para tirar a pessoa idosa porque pegaram a procuração da pensão, estavam recebendo e a pessoa idosa estava vivendo nos fundos, num antigo galinheiro, uma coisa indescritível. As denúncias são permanentes como abandono em apartamento, em casa, no último quarto do prédio, enfim, é uma tristeza. A lógica da lei de vedar a permanência dessas pessoas nessas condições é a busca de humanizar os momentos difíceis e por vezes finais da pessoa que de uma forma ou de outra contribuiu na trajetória da sua vida para aquela família, para aquela comunidade.

Essa é a grande preocupação que nós temos tido a nível de município: é trabalhar dentro de uma visão inter-setorial. Não é simplesmente por ser uma diretriz, mas porque a gente acredita nisso. A gente não pode ver que cada secretaria, cada órgão possa achar-se bom o bastante para dizer que vai dar conta sozinho de alguma coisa. Todos nós temos uma relação de interdependência para vencer este desafio. No caso de Niterói nós temos previsto na lei do conselho as representações, por exemplo, da ciência e tecnologia de quem recebemos os subsídios de pesquisas e fundamento para nortear a nível de dados a parte de fundamentação da política no município; da saúde cujo trabalho articulado é do olhar de uma forma global para aquela pessoa idosa; da educação, também é uma parceria importante. A gente tem sempre conversado e tentado avançar em projetos de forma articulada. Há a questão dos direitos previdenciários, muitas vezes a pessoa trabalhou e não se documentou e isto se torna uma dificuldade. E isso foi falado no primeiro dia, é a lógica perversa de que a pessoa que tem que comprovar que contribuiu e não eles que têm que provar quem são os devedores.

A professora Heloisa ainda abordou com detalhes diversos pontos relativos a outras ações da secretaria, como: a revisão dos benefícios e prestações continuadas, aos idosos; cursos para idosos que ainda têm potencial para serem inseridos no mercado de trabalho; os diversos aspectos da questão de

habitação para o idoso; sobre as questões de orientação dos direitos; o lazer dos idosos, e em particular, o projeto “Tarde de encontro e reencontro com a melhor idade”.

### **É com satisfação que passamos a palavra à Dr<sup>a</sup>. Sônia Rocha**

Eu não vou apresentar a brilhante fala da professora Elizabeth, mas com certeza vou me esforçar para representá-la da melhor forma possível. E agradecer também à ASPI pelo convite e pela oportunidade de rever pessoas que eu gosto muito e que não via há algum tempo, em especial Marcelo Salgado que é um antigo companheiro.

A gente vai trazer a portaria do Ministério da Saúde, que trata da política nacional do idoso. A política nacional de saúde é de 94. A portaria já é um desdobramento, na medida em que a política nacional dá aos ministérios orientações. As ações são intersetoriais, são integradas. E a compreensão é que o processo de envelhecimento, entendido como um processo multifatorial é um processo multidimensional que é cultural, econômico, social, psicológico. Os fatores externos sob uma base genética levam o envelhecimento orgânico a sofrer alterações nas moléculas, células, funcionais que comprometem a capacidade de manutenção da miostagem e que predispõe a doenças. Se nós pensarmos o processo de envelhecimento dentro desta compreensão, nós vamos ter o entendimento de que tratar do envelhecimento é entender este processo dentro da perspectiva global. Essa política do idoso traz uma inovação que é o conceito de saúde. Já não se fala mais em curar doenças, mas na melhoria da capacidade funcional. É preciso entender o processo de envelhecimento como um processo como ciclo de vida. Dentro desta nova política o idoso saudável é aquela pessoa que consegue realizar-se no dia-a-dia como tomar seu banho, alimentar-se etc. sem ajuda do outro, ainda que ela tenha uma ou mais doenças. Por isso que o objetivo é garantir a atividade funcional e de adiar a inatividade. Nós sabemos que a grande complicação do envelhecimento são as doenças que incapacitam, que levam as pessoas a precisar da ajuda do outro e nem sempre o outro existe e não tem recursos para suprir esta falta. Nós não temos no Brasil um programa com equipamentos sociais para atender os idosos comprometidos na sua

capacidade. Nós temos os grupos afetivos, os grupos de vizinhança, mas do ponto de vista institucional essa rede de suporte social não temos. E a construção disso é o nosso desafio. Avaliar funcional é medir a saúde em termos de função, esta é a orientação da Organização Mundial de Saúde. Temos que evitar que o idoso chegue a um nível severo de dependência, que alguém realize por ele as suas necessidades básicas.

O idoso vai precisar do recurso institucional, ele vai precisar da família, ele vai exigir mais leito. Nenhum sistema de saúde tem condição de suportar um paciente crônico num leito. Por isso sempre pensamos no aspecto da prevenção, prevenir as incapacidades. E aí caminhamos para 1980, quando a Organização Mundial de Saúde nos dizia que enquanto pouco se pode fazer para se evitar a ocorrência da doença na pessoa idosa, muito pode ser feito para minimizar o impacto dessas doenças. Mas para prevenir é preciso que as situações possam ser prevenidas. É preciso também um esforço individual. Por mais que possamos trabalhar no sentido de orientação como, por exemplo, o combate ao tabagismo e ao alcoolismo, nós sabemos que são dois tipos de vida difíceis de serem enfrentados porque depende muito do esforço individual.

Prevenir também é garantir acesso a informações. Outro ponto é a vigilância em saúde que é manter a população cada vez mais sob controle das doenças como, por exemplo, um controle da medicação e do estilo de vida. São estratégias para você atuar na prevenção.

O que acontece com relação a essa diretriz? Em que medida a gente entende essa humanização da assistência? Cada vez mais nos damos conta de que o nosso sistema de saúde ainda não construiu uma porta de entrada com acolhimento que efetivamente garanta que o percurso dessa pessoa dentro do sistema seja o mais hábil e mais resolutivo. Que não seja apenas humano, mas resolutivo, que o profissional que receba o idoso seja capaz de identificar ali o que ele está trazendo de demanda de problema de saúde; qual o melhor modo dele ser atendido na sua necessidade; este é o acolhimento que a gente entende que a rede tem que estar estruturada para dar conta. Isto implica que se tenha um recurso humano mais qualificado para isso. Nós não temos a tradição de lidar com a velhice. Na minha graduação eu não aprendi nada de

envelhecimento porque não se falava nisso. Os velhos chegaram junto com esta discussão. Estamos aprendendo juntos. Hoje cobramos do médico sua capacidade de ser operativo no seu atendimento, de ser perspicaz naquela solicitação, no quanto ele precisa ser mais rápido porque as questões de saúde do idoso se agravam com velocidade. Cobramos que o profissional seja capacitado para compreender e identificar o que é prevalente no idoso. Ter a capacidade para rastrear riscos. Identificar de onde vem o idoso, de que família, se a família tem condições de administrar aquela medicação. Se o que estou escrevendo ele vai ser capaz de ler. Isso implica riscos. Isto porque a porta de entrada não foi preparada para essas coisas todas. Nós costumamos dizer que avaliação do idoso do programa de saúde se dá desde o momento que ele abriu a porta do consultório. Se anda sozinho, se entende o que falo, se está acompanhado, se consegue passar informações etc.

Temos que mostrar essas diferenças, e dizer que podemos até atender a um jovem em 10 minutos, mas não um idoso em 10 minutos. Mas em contrapartida, há um outro complicador: é que na rede pública não há como dilatar este tempo de consulta porque não temos recursos humanos. Com o fim do Inamps, acabou a reposição do recurso humano. Ninguém quer ser médico de saúde pública devido aos baixos salários. E quem está tem outros empregos para poder sobreviver. A questão da saúde do idoso é uma questão extremamente difícil.

Eu queria tentar fazer com vocês uma reflexão para ver a distância que existe entre a formulação da política e a sua atualização no campo da prática. Como adequar uma política, tão bem construída do ponto de vista da sua formulação, com as questões do cotidiano que é uma realidade tão adversa. Mesmo assim, podemos fazer um exercício para ver de que maneira poderemos ajudar as pessoas a saírem do estado tão complexo. Precisamos entender o processo de envelhecimento. Será que idade tem coisa? Na área da saúde é comum dizer que isso é coisa da idade. O certo é que aquela *coisa* pode ser tratada e a pessoa beneficiada com este tratamento. Eu lembro da história do joelho que dói e o médico diz para a paciente que são coisas da idade e ela responde que os dois joelhos têm a mesma idade, mas o outro não dói. Isto



tem a ver com preconceito, com incapacidade de perceber o processo de envelhecimento. Graças a Deus, em Niterói, nós temos a Universidade Federal Fluminense, o programa da Dr<sup>a</sup>. Vilma que está formando e qualificando pessoal. Na rede pública nós temos como prioridade capacitar o recurso humano. Hoje todos os profissionais do programa médico de família já estão capacitados para atender o paciente idoso. No médico de família e não ainda na rede básica porque naquele é mais fácil porque eles trabalham com uma população adscrita, as famílias estão todas cadastradas, identificadas, porque esta é a metodologia do médico de família. Esperamos também trabalhar com estas condições na rede básica. Acabamos um

curso do programa médico de família onde capacitamos 80 auxiliares de enfermagem que são multiplicadores desses conhecimentos e é dessa forma que se vai avançar na política do idoso no município. É pouco para quem está distante, mas para quem vive a situação de não poder alimentar-se com as próprias mãos, de não fazer a sua higiene sozinha, de não tomar o seu banho sozinha e esta pessoa consegue melhorar a capacidade funcional e ela passa a poder dispensar a ajuda de alguém para fazer essa atividade. É um ganho que só quem vive sabe. Muito poderíamos falar ainda sobre a saúde do idoso. Mas vamos finalizar pelo adiantado da hora. E para fechar quero lembrar que em qualquer momento da vida, em qualquer

circunstância, nós temos que pensar que as pessoas estão inteiras, a condição humana não acaba com o envelhecimento, nem com a doença, nem com a grande incapacidade. Pensar que, independentemente das circunstâncias, há sempre alguma coisa para fazer. A velhice e a doença têm os seus possíveis. Essa imagem nos remete a essas possibilidades que são tão sutis, é uma senhora portadora de Alzheimer, diante do espelho, sendo tratada, cuidada pela neta, pois ela precisa ter atenção e não existe nada impossível para o arsenal terapêutico. Mas a pessoa tem que sempre descobrir alguma possibilidade de contribuir para a melhor assistência da pessoa que está diante de nós.

## Notas e Comentários

### Vamos ao Pacto Social! \*

O presidente eleito, Luís Inácio Lula da Silva, protagonizou, na última quinta-feira, um momento histórico para o País. O "pontapé inicial" para que seja firmado um grande pacto social, com vistas a reunir todos os setores da sociedade, em prol da melhoria de vida do povo brasileiro, com a retomada do desenvolvimento e a diminuição do "abismo" das desigualdades sociais.

Reuniram-se, para tal empreitada, cerca de 150 lideranças empresariais, sindicais e de entidades não-governamentais, numa sinalização concreta de que, apesar das divergências de interesses, o novo governo tem possibilidades de congregar as mais diversas forças em um projeto para a construção de um país melhor.

A iniciativa do presidente eleito foi importante, também, para fazer frente aos ataques de especuladores e até de autoridades governamentais e financeiras internacionais de que o Governo Lula iria trazer o caos ao país.

\*CUT-MG, Ano II, nº48; 8/11/02

### A eleição e posse da nova Diretoria da ASPI-UFF

Como noticiado no número anterior, foi realizada nos dias 12 e 13 de novembro a eleição para a Diretoria da ASPI-UFF no período de 2002/2004. Verifica-se o seguinte resultado:

**Presidente** – Aidyl de Carvalho Preis  
**1º Vice-presidente** – Joaquim Cardoso Lemos  
**2º Vice-presidente** – Lúcia Molina T. da Costa  
**1ª Secretária** – Magaly Lucinda Belchior da Mota  
**2ª Secretária** – Léa Souza Della Nina  
**1ª Tesoureira** – Dalva Regina dos P. Gonçalves  
**2ª Tesoureira** – Celina Tavares Coelho da Silva

5. Sheilah Rubino de Oliveira Kellner  
 Ilka Dias de Castro  
 6. Salvador Alves Pereira  
 7. Luiz César Aguiar Bittencourt Silva  
 8. Teresinha de Jesus Gomes Lankenau  
 9. Jorge Fernando Loretti  
 10. Maria Delque dos Santos S. Martins

#### CONSELHO DELIBERATIVO TITULAR e SUPLENTE

1. Acrísio Ramos Scorzelli  
 Ana Maria dos Santos  
 2. Júlia Archontakis  
 Maria Felisberta Baptista da Trindade  
 3. Hilda Faria  
 Maria Nylce de Mendonça Taveira  
 4. Isar Trajano da Costa  
 Maria Cândida Assumpção Domingues

#### CONSELHO FISCAL TITULAR e SUPLENTE

1. Eduardo Pedreira de Cerqueira  
 Levi Carlos da Cruz  
 2. Amanda Celeste Pimentel  
 Maria Helena de Lacerda Nogueira  
 3. Anna Pedreira Boechat  
 Norma Gama de Assumpção  
 4. Maria Theresinha Areas Lyra  
 Nésio Brasil Alcântara

A posse ocorreu no dia 26/11 em ambiente festivo em que se apresentaram os integrantes do Coral e do Grupo de Teatro da ASPI-UFF.

## Aniversariantes do Mês

## Novembro

### Parabéns!

- 1 Alzira Lima de Figueiredo  
Ricardo Coe Neto
- 2 Victorino Felix Sanson
- 4 João José Pereira da Silva  
Edmundo Jorge Abílio  
Sonia Regina de Carvalho Camilher
- 6 Ronald Azevedo Carvalho
- 8 Sonia Oliveira Almeida  
Carlos de Oliveira Cherem  
Giacomo Chinelli
- 9 Ailton Milward Azevedo  
Claudia Márcia N. de Faria Pareto  
Maria Dorothea Cezario Gomes
- 10 Fernando Rodrigues Campello

- Maria Tereza Silva Torres
- 11 Dylva Araújo Moliterno
- 12 Zilmea Xavier da Matta  
Zacharias Borges Cheibub
- 15 Maria Aparecida Assumpção de Souza
- 16 Célia de Figueiredo Bastos
- 17 Dalka Soares Diniz  
Lea da Cruz  
Maria Lucia de Abrantes Fortuna
- 18 Nina Rosa do Canto Cyrillo
- 19 Helio Portocarrero de Castro
- 20 Nilza Fernandes Freitas Youyouite  
Edson Lauvegildo dos Santos
- 21 Cezar Bicalho Pitombo



- 22 Aldyr Maurício  
Alexandre Sampaio de Martino
- 23 Jorge da Silva P. Guimarães  
Vera Lucia Freitas Lopes  
Arthur Jose Caetano Coelho
- 24 Wilson Chagas de Araújo
- 25 Heloisa Rios Gusmão  
Sonia Maria da Silva
- 26 Maria Lucia Borges  
Claudia Maria de Lima Coelho
- 28 Gilse Thereza de O. Prestes  
Carlos Alberto da S.a Campos  
Mauricio Francis  
Celyr de Paiva Lessa D. Ferreira
- 30 Álvaro Sobral Barcelos